

O SILÊNCIO DAS ARAUCÁRIAS: MEMÓRIA E ESQUECIMENTO DA NATUREZA EM UM GRUPO DE MORADORES DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DO CAMPO

The Silence of Araucarias: Memory and Forgetfulness of Nature in a Inhabitants Group from Hydrographic Microbasin of the Campo River

Eloisa Silva de Paula Parolin¹
Luzia Marta Bellini²

¹**Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão**
Departamento de Ciências Sociais
Av. Comendador Norberto Marcondes, 733, Campo Mourão - Paraná
eloisaparin@gmail.com

²**Universidade Estadual de Maringá, Paraná**
Departamento de Fundamentos da Educação
Av. Colombo, 5.790, Jardim Universitário, Maringá - Paraná
martabellini@uol.com.br

RESUMO

Através da história de vida de um grupo de moradores da microbacia hidrográfica do rio do Campo, obtida por meio de entrevistas em que se utilizaram as técnicas da história oral, esta pesquisa analisou a relação deste grupo de moradores com a natureza, e teve como foco principal as tensões entre lembrança e esquecimento da natureza como um reflexo das relações que os homens estabelecem entre si, e em um sentido mais amplo, o esquecimento-da-natureza como esquecimento-de-si; por outro lado, a pesquisa apontou as mudanças na sensibilidade dos moradores da microbacia com relação à natureza. Na análise das entrevistas verificou-se que, entre as décadas de 1980 e 1990, ocorreu uma reorientação na sensibilidade dos entrevistados em suas relações com a natureza, bem como verificou-se o constante conflito que vivem entre preservar e destruir.

Palavras chave: Natureza. Memória. Pequenos proprietários rurais. História oral.

ABSTRACT

Through the live story of a group of inhabitants from the hydrographic Micro basin of the Campo river, this story was obtained by interviews, for this it was used techniques of oral history. The research analyzed the relationship between that group of inhabitants and nature. The main focus was the tensions between the nature reminding and nature forgetfulness as the relationships reflex established between the men to each other, and in a *lato sensu*, a nature forgetfulness such as it-self-forgetfulness. By the other way, the research points for the changes in the sensitivity from the group of inhabitants from the hydrographic Micro basin in relation with the nature. In interview analysis it was verified that, between the 1980s and 1990s, there was a new orientation in the sensitivity from interviewees, in their relationships with the nature and it was verified a constant conflict between to preserve and destroy.

Keywords: Nature. Memory. Small rural producers. Oral history

1 INTRODUÇÃO

Não basta abrir a janela
Para ver os campos e o rio.

Não é bastante não ser cego
Para ver as árvores e as flores.
É preciso também não ter filosofia nenhuma.

Com filosofia não há árvores: há idéias apenas.
Há só cada um de nós, como uma cave.
Há só uma janela fechada, e todo o mundo lá fora;
E um sonho do que se poderia ver se a janela se abrisse,
Que nunca é o que se vê quando se abre a janela (PESSOA, 1998, p. 169).

Quando em 2000, no Programa de Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais da Universidade Estadual de Maringá, iniciamos os estudos sobre o ambiente e os moradores da microbacia do rio do Campo, em Campo Mourão, Paraná, deparamo-nos com um grupo de pessoas que nasceram ou passaram a viver neste local a partir da década de 1940. À época, a microbacia era um ecossistema de águas em um vale formado pelo rio do Campo, com mata pluvial subtropical e predominância de araucárias que, hoje, não existem mais. A araucária, símbolo do estado do Paraná, teve parte considerável de sua população dizimada pela extração desenfreada nas décadas de 1940 a 1960, período de intensa colonização no noroeste do estado.

No primeiro capítulo de seu livro: *A Ferro e Fogo*, Warren Dean (1997, p. 23) afirma que a invasão da América do Sul pelo homem por ser mais recente, permite aos historiadores o resgate da maior parte do processo de degradação das florestas tropicais, uma vez que há registros escritos para análise.

A nossa área de estudo, a bacia do rio do Campo situada em uma área de 7.076 hectares, entre o distrito de Piquirivaí e a cidade de Campo Mourão, apresenta uma história de ocupação relativamente recente. Algumas das primeiras pessoas a chegarem na região ainda estão vivas, o que nos permitiu a utilização das técnicas da história oral para a elaboração e aplicação das entrevistas, para as quais seguimos a orientação de Paul Thompson (1992) e as sugestões metodológicas propostas por Antônio Torres Montenegro (1994).

Considerando ainda os aspectos metodológicos que envolvem um trabalho sobre a memória, selecionamos quatro moradores para serem entrevistados aos quais os objetivos do trabalho foram detalhadamente explicados. Entre os meses de abril a novembro de 2001 realizamos então, um conjunto de entrevistas com os seguintes moradores: Cândido Scheffer, nascido em Cerro Azul-Paraná em 1941, chegou em Campo Mourão com dois anos de idade; Teodoro Evaristo da Silva, nascido no patrimônio de Gualarga, município de Itapeva-São Paulo, em 1932, chegou em Campo Mourão em 1945; Eduardo Buaski, nascido em São Mateus do Sul - Paraná em 1943, chegou em Campo Mourão em 1960; e Darci de Souza, nascido em Campo Mourão em 1948. Os moradores entrevistados têm suas propriedades dispostas no trecho que se estende das nascentes, no distrito de Piquirivaí, até o ponto de confluência entre o rio das Barras e o rio do Campo, a uma distância aproximada de 3.500 metros à montante da área de captação de água da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Por meio da narrativa dos nossos entrevistados, verificou-se que o vale formado pelo rio do Campo preenchia-se com uma vegetação arbustiva e árvores de maior porte, predominando as araucárias. A região era o habitat de centenas de espécies de animais entre pássaros, cobras, mamíferos como a paca, o porco do mato, o tatu, entre outros. Segundo a descrição de um dos moradores, o rio do Campo, que hoje abastece oitenta por cento da população de Campo Mourão, possuía águas límpidas, através das quais era possível ver a areia no fundo.

Estes cenários não existem mais, pertencem a um tempo aparentemente perdido, “aquele tempo”, expressão usada por nossos entrevistados. Um tempo cuja recordação: “até dá um nervo, não é?” - Senhor Teodoro que se angustia ao lembrar do passado, reivindica a preservação da memória, sugerindo que se houvesse uma

câmera fotográfica, “aquele tempo” poderia ter sido registrado: o funcionamento do monjolo; uma mulher fazendo farinha; e no entanto, “a vida do sertanejo, ficou em uma história”. Uma história que parece fugir ao alcance das mãos, mas que por intermédio da memória pode ser retida, revivida através de emoções que trazem à tona experiências nem sempre compartilhadas. “Recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade; continuar lidando com essa lembrança pode fortalecer; ou recapturar, a autoconfiança” (THOMPSON, 1992, p. 208).

Entre as muitas questões que levantamos na elaboração do trabalho, uma em especial tornou-se o centro de nossas reflexões: de que forma o mundo “natural” se apresenta na memória dos moradores das áreas próximas ao rio do Campo? E a partir desta questão, questionar em que sentido é possível identificar as relações destes moradores com o seu ambiente, tomando como ponto de partida os elementos que estão presentes em suas recordações individuais e coletivas?

Em seu livro *o Homem e o Mundo Natural*, Keith Thomas (1996) nos oferece algumas análises significativas para conduzirmos nossa reflexão, ao observar que a mudança nas sensibilidades dos homens, sobretudo dos ingleses com relação aos animais e plantas no período moderno, estava associada à fatores como: a experiência individual da população com relação ao convívio com mascotes e animais domésticos e o desenvolvimento das “ciências naturais” (Botânica, Zoologia, Anatomia), que passaram a elaborar critérios mais “objetivos” de classificação, ou mesmo pela “descoberta” da semelhança anatômica entre homens e animais. Como diria Antonio Carlos Diegues (2001, p. 63): “distintas culturas e formas de organização social [...] têm sua maneira própria de representar, interpretar e agir sobre o meio natural”.

Compreender como cada um dos moradores pintou a tela de sua vida, quais

cores escolheu e combinou para compor o fundo de suas recordações, quais formas e cores foram rejeitadas e como nessa paisagem multicolorida, animais, plantas e o próprio rio permaneceram, ora em tons mais vibrantes, resistindo às mudanças vividas pelos homens que, em um constante jogo dialético de ações/reações conscientes e inconscientes, degradam e preservam, mutilam e recompõem, lembram ou esquecem, ora em tons já desbotados ou totalmente inexistentes, exige mais do que um exercício de reflexão, mas um esforço de imaginação.

É um erro comum supor que tudo o que importa na ciência são a lógica, a compreensão e a aplicação de leis naturais estabelecidas. Na verdade, a imaginação desempenha papel decisivo na ciência, sobretudo na ciência natural. [...] só nos é possível articular os próprios fatos uns com os outros quando conseguimos chegar aos fenômenos através dos sentimentos, e não do pensamento (HEISENBERG, 1996, p. 218).

Contudo, “Por mais volumosas que sejam nossas recordações, sabemos que são meros lampejos do que já foi um todo vivo” (LOWENTHAL, 1998, p. 74), e apesar de seu caráter residual como afirma Lowenthal (1998) e das dificuldades de se trabalhar com fontes orais, a memória tem se constituído em um importante meio para a recuperação do que Jim Sharpe (1992, p. 40) denomina “história vista de baixo”, ou seja, uma história que abarque os conflitos e a vida de pessoas até então excluídas dos grandes compêndios de história. É nesse sentido que ao pensarmos na memória como um instrumento para resgatar as relações entre homens e natureza, a dimensão do esquecimento pode nos revelar o nível de exclusão da natureza pelo homem.

Em uma profusão de imagens e cores, talvez não tenhamos mais do que alguns poucos fragmentos, retalhos ou distorções que se descortinam diante de nossos olhos; ante à impossibilidade de recompor o passado por inteiro, esforcemos-nos então para capturar, como

nos sugere Le Goff (1998, p. 103), os sons, os sabores, as mentalidades e porque não, as emoções e conflitos que nascem de nossas relações com a natureza.

Se comparadas às estrelas, como sugere o texto de Edgar Morin (2000, p. 49), nossas existências são como o brilho fugaz dos últimos raios de sol que se despedem no horizonte ao entardecer, e em um convite irrecusável, somos chamados a participar de uma memória cósmica.

2 HISTÓRIA, NATUREZA E MEMÓRIA COMO DIMENSÕES DO ESTUDO SOBRE O AMBIENTE E SEUS MORADORES

“A paisagem é cultura antes de ser natureza” (SCHAMA, 1996, p. 70), não nos recordamos apenas de nossas relações com as pessoas que participaram de nossas vidas: membros da família; amigos; grupos de trabalho; mas recordamos igualmente de momentos tristes ou felizes; de sons; de gestos; de sabores e de emoções. Nossas recordações denunciam ainda, a profunda ligação que mantemos com o meio em que vivemos, seja ele composto de um emaranhado de pedras, cimento e ferro que inundam as cidades atribuindo-lhes matizes em que predominam o marrom e o cinza; ou por pequenos ou imensos desertos de soja, milho, trigo que se estendem até alcançarem o horizonte, onde contrastam com os diferentes tons de azul do céu.

A ligação dos homens com as diferentes paisagens vai além da descoberta de uma “solidariedade ecológica” (MORIN; KERN, 1995, p. 56), do vínculo que mantemos com o planeta para sobrevivermos. Mantemos com os espaços, os objetos e outros seres vivos uma ligação afetiva que, à medida que nascemos e crescemos, contribui para a construção de nossas identidades humanas, cada vez mais ameaçadas pela destruição da memória coletiva que também é memória/natureza.

Por intermédio da lembrança, que se constitui em uma constante reconstrução do passado, revisitamos uma infinidade de cenários que percorremos no decorrer de nossas vidas: os sons e cores das ruas em que as brincadeiras de infância aconteciam; o assvio dos sorveteiros e vendedores de biju; as árvores no quintal de casa que se transformavam em esconderijos secretos, em imensos palácios ou simplesmente no lugar preferido para passar as tardes quentes de verão; e as divertidas fugas da escola para brincar em rios, jogar bola em terrenos abandonados da cidade ou simplesmente buscar “aventuras” em áreas não urbanizadas.

A memória torna-se ainda, o refúgio para o silêncio daqueles com os quais não conseguimos nos comunicar, para o silêncio das formas e estruturas: em nossas lembranças as velhas casas da vizinhança não foram demolidas; as árvores com as quais brincávamos permanecem viçosas, com as raízes firmemente agarradas à terra resistindo a lâmina do machado; os rios ainda permanecem limpos.

Há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza (BOSI, 1994, p. 451).

Quando estivemos no sítio São José para fotografar a propriedade na quente manhã do dia 12 de setembro de 2001, ao sairmos do carro o Senhor Cândido parou por alguns segundos em frente ao corredor de aveia tombado pelo vento, olhou em volta, e quase podíamos perceber através de seus olhos, a antiga casa em que moravam, as casas dos irmãos e o paiol serem novamente reerguidos. Em poucas palavras resumiu-nos o que sentia: “eu vivi cinquenta e oito anos da minha vida aqui”. Os lapsos de memória podem ser tão elucidativos como as lembranças mais nítidas que possuímos. São três anos desde que o Senhor Cândido Scheffer mudou-se com a esposa para distrito de

Alto Cafezal, ainda no município de Campo Mourão mas ainda se mantém fortemente ligado ao seu antigo espaço, aquele em que chegou aos dois anos de idade e passou quase toda a sua vida: “É, eu tenho saudade, tenho saudade, devido olhar ali, me dá um pouco de tristeza, de olhar aonde eu fui criado, criei, eu me criei ali, criei os meus filhos, tudo ali e... a gente tem amor pelo lugarzinho, [...]”.

À medida que seguíamos andando pelo sítio, o casal Scheffer nos mostrava como era a propriedade quando ainda moravam ali: o local onde ficava a casa, o velho paiol, o quintal que era mantido sempre limpo, as casas dos irmãos que aos poucos foram sendo demolidas, o pasto, o escombros do antigo chiqueiro agora tomado pela vegetação que cresce.

A paisagem torna-se “portadora da memória” (SCHAMA, 1996, p. 66) a descrição enriquecia a nossa imaginação, recolocava novamente no lugar as antigas estruturas que como fantasmas iam voltando novamente à vida.

Ao preencher a memória, alimentando as nossas lembranças com um colorido especial, a paisagem em toda sua riqueza e complexidade é também o espaço onde projetamos os nossos sentimentos mais profundos: angústias, medos e incertezas.

Em muitos momentos diferentes da história, a relação entre os homens e o espaço em que viviam, delineava ao mesmo tempo a forma como os homens se relacionavam entre si. Na Inglaterra do século XVIII, muitas pessoas, entre elas o filósofo John Locke, acreditavam que havia uma nítida diferença entre os habitantes da cidade e aqueles que moravam nos bosques e florestas: os primeiros sobressaíam-se pela “racionalidade” e “civildade”; enquanto para os segundos eram reservados adjetivos tais como irracionais, ignorantes ou brutos (THOMAS, 1996, p. 232-233).

Ao analisar o texto *De Bello Gallico* de Júlio César, Simon Schama (1996) observa que, entre os romanos do

período republicano, era forte o sentimento de repulsa e medo em relação à floresta, sentimento que era estendido para os antigos povos germanos considerados “selvagens ignorantes que habitavam árvores e pântanos”.

Contudo, apesar dos sentimentos coletivos em relação à natureza terem sido alterados nos últimos quatro séculos, como apontou Keith Thomas (1996), a intensa expansão do capitalismo industrial a partir do século XIX, trouxe com ela uma “revolução na representação coletiva de natureza” (DELÉAGE, 1993, p. 218): a natureza, como o homem, converteu-se em uma mercadoria sempre pronta a atender aos desígnios da exploração capitalista.

Desde que nossos ancestrais produziram a primeira ferramenta com ossos e pedras, em nenhum outro momento da história a interferência da espécie humana sobre o planeta tornou-se tão radicalmente devastadora como nos dois últimos séculos de revolução industrial.

A era industrial, e a revolução tecnológica que a acompanhou, não poupou esforços em arrebatando o máximo de recursos naturais, promovendo desequilíbrios ambientais que ainda não foram totalmente compreendidos e, paralelamente aos quais, aprofundou-se a deterioração dos modos de “vidas humanas individuais e coletivos” (GUATTARI, 1990, p. 7).

A nossa tecnologia atingiu proporções espantosas para as quais, no fundo de nossos corações, não estamos bem preparados, mental ou emocionalmente (SAGAN, 1998, p. 80).

Sob as máquinas criadas pelos “predadores da biosfera” (SAGAN, 1998, p. 151), estendia-se o tênue tapete das ilusões criadas pelo mito do progresso e do desenvolvimento. “O desenvolvimento deve assegurar o progresso, o qual deve assegurar o desenvolvimento”, dir-nos-ia Edgar Morin e Kern (1995, p. 83); sob a ótica de ambos, as sociedades industriais, governadas por máquinas capazes de

melhorar a vida de toda a população mundial, proporcionariam aos homens alcançar a felicidade e a realização pessoal.

Entretanto, o modelo industrial/tecnológico dominante no século XX transformou-se em símbolo de “civilização”, de “prosperidade” e “evolução”. As sociedades que não se moldavam a nova lógica, deveriam ser “readequadas”.

A idéia desenvolvimentista foi e é cega às riquezas culturais das sociedades arcaicas ou tradicionais que só foram vistas através das lentes economistas e quantitativas. Ela reconheceu nessas culturas apenas idéias falsas, ignorância, superstições, sem imaginar que continham instituições profundas, saberes milenarmente acumulados, sabedorias de vida e valores éticos atrofiados entre nós (MORIN; KERN 1995, p. 84).

O binômio progresso/ desenvolvimento também acompanhou o processo de “transformação capitalista da agricultura” brasileira. Como um fenômeno recente, desenvolvido, sobretudo, nas últimas quatro décadas do século passado, as mudanças capitalistas no meio rural não apenas modificaram as bases técnicas da produção com a introdução de maquinário agrícola, mas alteraram profundamente as relações sociais de produção (GRAZIANO NETO, 1982, p. 26).

Criou-se um amplo mercado interno para a indústria nascente; aumentou-se a produção e a produtividade; o campesinato tradicional diferenciou-se, gerando não apenas um ‘novo camponês tecnificado’ mas também empresas familiares de um lado e proletários e semiproletários de outro; o grande capital se ‘territorializou’ integrando interesses urbanos e agrários nos novos complexos agroindustriais, e rompeu-se a velha dicotomia mercado externo/mercado interno que unificava a dinâmica da agricultura brasileira da época do complexo rural e dos complexos cafeeiros (SILVA, 1999, p. 134).

Este quadro de transformações foi abarcado pela memória de nossos

entrevistados. Nele é possível vislumbrar um corte nítido entre dois momentos distintos: “aquele tempo” em que a terra era lavrada com o auxílio de animais domesticados, as lavouras eram abertas dentro da vegetação nativa a golpes de machado, e o controle das poucas “pragas” que existiam no milho, arroz, e feijão, plantados quase exclusivamente para a subsistência, era feito através de simpatias; e uma nova realidade que nascia, sob os auspícios do progresso em que o boi, o burro e o cavalo são trocados por tratores, arados mecânicos e caminhões, as simpatias são convertidas em poderosos agrotóxicos e os enxadeiros substituídos por herbicidas. Nesta nova realidade, os homens que viviam na bacia do rio do Campo modificaram suas relações com a natureza.

3 AS LEMBRANÇAS DOS MORADORES

“ERA TUDO MATO”

“Mato” - expressão corrente em todas as entrevistas; designava de uma forma genérica toda a vegetação que existia na bacia do rio do Campo quando os primeiros moradores chegaram. Árvores grandes, arbustos, vegetação rasteira, “tudo era mato”. Mesmo quando identificadas algumas espécies: a “gurucaia”, a “canelera”, os “taquarás”, as “samambaias” e as predominantes araucárias, podemos perceber o traço de impessoalidade que marcava a relação entre os homens e a mata nativa da região.

Como a intenção daqueles homens que vieram de longe era abrir clareiras, “limpar” a terra para a formação de lavoura e pasto, o pai do Senhor Cândido se perguntava: “vou fazer o quê no meio daquele pinhal? Como é que vai fazer roça lá?”, pinheiro com “metro e meio de toco”, que “ninguém ligava” como dizia Senhor Teodoro. Como todas as outras espécies de plantas e animais, os pinheiros eram apenas um obstáculo que precisava ser vencido para que o espaço tivesse

condições de abrigar as famílias e ser enfim “domesticado”:

A história florestal corretamente entendida é, em todo o planeta, uma história de exploração e destruição. O homem reduz o mundo natural a ‘paisagem’ – entornos domesticados, aparados e moldados para se adequarem a algum uso prático ou à estética convencional [...] O avanço da espécie humana funda-se na destruição de florestas que ela está mal equipada para habitar (DEAN, 1997, p. 23-24).

O distanciamento emocional que havia com a mata era completado por um sentimento de realização pessoal, de conquista, de superar os próprios limites, sentimento que permanece vivo no Senhor Teodoro: “Por causa disso que eu tenho saudade, que eu tenho vontade de garrar o mato”, a “causa” dessa saudade é o desejo de encontrar a terra, terra “grande e largada”, onde não tem praga, para abrir novas lavouras, pois: “enquanto existia o mato, sertão que era de fazer roça, eu fui machadeiro”.

O gado e os porcos, que eram criados soltos, auxiliavam no processo de “limpeza” do “mato”. Como observou Senhor Darci: “ocupava muito animal, não é?”. É interessante a utilização do verbo ocupar: os animais domésticos eram mais “úteis” que os pinheiros, pois os seus donos podiam ocupar-se deles para atingir a um determinado fim, ao contrário dos pinheiros que no início da ocupação da bacia ainda não tinham “valor”.

Nesse primeiro momento, o trabalho era basicamente manual. As áreas de mata nativa tinham como limite a força humana disponível para derrubá-las; como nos disse o Senhor Cândido: “E fazia um capão de roça aqui e outro ano fazia mais na frente”, o Senhor Darci completa: “[...] Derrubava um cantinho de mato e... então zelando aqui e ali só... e dava para viver tranquilo!”.

Nas terras da família do Senhor Teodoro o desmatamento atingia a beira do rio, pois, segundo ele, era necessário para proteger a criação de animais domésticos

(bois, cavalos, entre outros) das cobras, muito abundantes na bacia: “Depois que nós desmatamos, não é? Daí então, as cobras afugentaram-se para os matos, não é?”.

No entanto, a transformação mais intensa viria nas décadas seguintes à ocupação da região, mais precisamente na década de 1970.

Nos anos de 1970 tem início o que José Graziano da Silva (1999, p. 87) denomina “modernização conservadora” da agricultura brasileira; esta, ao modificar a estrutura técnica da produção com a introdução de implementos agrícolas mais sofisticados, a difusão em larga escala de inseticidas, fungicidas, herbicidas, e novos tipos de sementes, transformou também as relações dos homens que viviam no campo com a natureza.

Estas mudanças afetaram a relação entre os homens e a natureza, aprofundando o processo de destruição do meio natural. A intensificação do desmatamento com a utilização de equipamentos que permitiam a ampliação da área cultivada e o uso de agrotóxicos que provocaram a contaminação do rio, alteração do solo e o desaparecimento de espécies de animais, plantas, são apenas alguns traços deste quadro de degradação que foram observados pelos moradores da bacia.

Antes da mecanização, os quatro moradores entrevistados praticamente desenvolveram uma agricultura de subsistência associada à criação de animais para melhorar a renda da família com a venda de porco, leite, ovos e frango. Predominava a cultura do arroz, feijão e milho: “O milho saía nas costa do porco. Feijão, arroz plantava só para despesa, não vendia, não tinha para vender para ninguém”, afirmava Senhor Teodoro. Quando havia produção excedente então era vendida, mas segundo o Senhor Darci: “[...] plantava pouquinho, não é? Pouquinho dava pa...tirar para despesa já... quase não se vendia quase nada, não é?”.

“Bem nos começos não se falava em tombar a terra [...] roçava a capoeira e queimava e plantava, aí conforme a palhada ficava carpiá e plantava”; segundo o Senhor Cândido a terra passou a exigir tratamento a partir da mecanização, quando áreas maiores foram cultivadas.

Os entrevistados são unânimes em afirmar que “aquela época” não existiam “pragas”, exceto o Senhor Teodoro; os demais afirmaram que as pragas surgiram com a mecanização, a partir da década de 1970. Quando aparecia o “caruncho” na lavoura de milho, uma simpatia resolvia o problema: alguns pés de milho eram arrancados e plantados de cabeça para baixo junto com uma oração. “Era desse tipo, para hoje então a gente não poder plantar um pé de nada que tem que ser na base do veneno senão não dá!” – comenta o Senhor Cândido.

Senhor Eduardo afirma que, ao plantar soja em maiores quantidades, começou a aparecer a lagarta, o percevejo e o bicudo, e perguntava a si mesmo: “A coisa é interessante, por que acontece? Será que nós descontrolamos o meio ambiente? Deve ser.” A percepção do Senhor Eduardo está correta, a ampliação da área destinada à lavoura com a destruição do meio natural provocou o desequilíbrio ambiental na bacia.

Nos ecossistemas naturais, portanto, não existem pragas com o sentido que damos hoje na Agronomia. A praga ou seu aparecimento é, nesse sentido, um importante indicador biológico de que algo foi ou está sendo drasticamente alterado no ecossistema (GRAZIANO NETO, 1982, p. 102).

Com o surgimento das “pragas”, tem início o uso intensivo de agrotóxicos na bacia do rio do Campo. Venenos como BHC, Aldrin 40, LVC, este último segundo Senhor Teodoro: “é um veneno em óleo, agora não existe mais, é um veneno muito bom, muito aprovado [...]”, são extremamente perigosos para a saúde do agricultor e para o meio ambiente.

Como nos contou o Senhor Darci, os venenos eram manuseados sem nenhum cuidado: “ah, ninguém sabia que era perigoso. Não tinha uma... uma receita técnica, nada [...] Ninguém explicava nada. A gente também não lia rótulo nenhum”. O Senhor Eduardo nos relata, o que hoje ainda é muito comum para aquelas empresas que se dedicam à venda de inseticidas para agricultura - a tática de empurrar o produto: “Chegava lá: ah, você põe tal coisa e mandava, não é?”.

O desmatamento e a utilização do veneno em larga escala alteraram profundamente a fauna e as características físicas da região, com a quase destruição do rio. Segundo o relato dos moradores, havia muitos animais na região antes da mecanização como: veado, porco-do-mato, paca, anta, tatu, quati, diversas espécies de pássaros como o tucano sul, guaxo, inambu, jacu, uru, cobras como jaracuçu, urutu, gameleira, jararaca, cascavel, peixes, macacos como o bugio, e a “tal de onça que a turma diz, [...] ainda existe nos circos”, afirma Senhor Teodoro. Muitos destes animais não mais retornaram à bacia.

Quando olhamos para os mapas geográficos e refletimos sobre os critérios para a formação das fronteiras desenhadas, onde séculos de violência, conquista, destruição e morte marcaram a construção das linhas imaginárias que recortam os imensos continentes em territórios que parecem flutuar, não imaginamos que no último século muitos rios tornaram-se fronteiras de ocupação humana.

As pastagens e lavouras literalmente avançaram pelo rio do Campo com a destruição de parte da mata ciliar. “[...] o rio... não sei se é por causa da mecanização, quase acabou”, Senhor Darci nos fala de um rio que chegava a encobrir uma pessoa com água limpa a ponto de permitir que o fundo de areia fosse visto de fora, e que hoje tem trinta, quarenta centímetros em certos trechos.

“Ali, o rio ficou parelhinho assim, porque correu tanta terra sabe, para o rio,

que parelhou, não ficou barranco” - o Senhor Cândido recorda-se que uma porção do rio que passa em sua propriedade quase desapareceu. Em outro momento da entrevista, conta-nos não ter acreditado que o fenômeno da desertificação pudesse ocorrer até quando começou a observar as “ferida na terra” e o crescimento da erosão, pois: “rodou foi muita tonelada de terra aí nessas lombas”:

Quantas vezes já não ouvimos agricultores mais antigos falarem das terras do Estado de São Paulo ou do Paraná, quando colocadas à disposição da agricultura após as derrubadas das matas. Terras cheias de vida, “gordas”, como diziam. Terras que não existem mais devido à prática predatória, que as têm transformado em simples substrato de sustentação das plantas e que exigem técnicas artificiais e cada vez mais caras para servirem à agricultura (GRAZIANO NETO, 1982, p. 98).

A situação do rio agravava-se ainda mais com o agrotóxico que era lançado na lavoura: “Daí o pó ia até nos rios na tarde da baixada assim, tudo branqueava. Aí os peixes também recebiam. O pessoal lá na cidade bebia água com veneno, agora já mudou!”, contou-nos o Senhor Eduardo.

Ao uso intensivo de veneno somou-se a utilização de novos tipos de sementes, o que modificou os hábitos dos agricultores. Antes da “modernização” da agricultura, os moradores utilizavam a semente do próprio paiol, o milho era diferente, mais “rústico”, ficava mais tempo na lavoura antes de ser colhido: “Maio e junho que terminava de colher, mais é que já estava madura essa roça antes, mais é que não tinha problema ficar lá [...] E hoje já não pode, porque os milhos já diferentes, se deixar já vai carunchar com a roça”, nos diz o Senhor Cândido; para ele o ciclo do milho usado hoje é mais rápido: “Já com quatro, cinco meses está no ponto de colher já”, diferente dos “paiudo” daquele tempo que eram mais resistentes.

A natureza-obstáculo dos primeiros tempos de ocupação tornava-se assim

natureza-mercadoria, cuja manipulação era necessária para atender às exigências da nova ordem capitalista que se impunha.

[...] o homem interfere sobre as determinações das forças da Natureza, visando acelerá-las ou transformá-las de modo a romper as barreiras que se antepõem ao capital. Assim, uma variedade melhorada não é apenas uma planta ou um animal capaz de gerar um maior volume de produção num menor espaço de tempo ou numa época distinta daquela outra encontrada na Natureza. É muito mais que isto: trata-se de seres fabricados pelo capital, que reproduz artificialmente aí a própria Natureza, à imagem e semelhança e de acordo com seus interesses [...] (SILVA apud GRAZIANO NETO, 1982, p. 37-38, grifo nosso).

À medida que o rio era engolido pela terra, o isolamento das espécies, que sobreviveram ao massacre proporcionado pelo desmatamento, era acompanhado pela transformação dos moradores da bacia em homens insulares.

Em decorrência ainda da modernização da agricultura, o Paraná dos anos de 1970 apresentou um elevado índice de mobilidade da população da zona rural para as cidades, ao mesmo tempo em que se aprofundava a concentração fundiária (MORO, 1998, p. 14).

É interessante observar como os moradores viveram e analisaram o fenômeno do êxodo rural que foi intenso na década de 1970 na microrregião de Campo Mourão. Senhor Cândido: “E desde os anos que começaram a ...a mecanização de terra, e as máquinas entrando aonde tinha oito, dez famílias, hoje uma, uma toca toda essa terra [...] depois da mecanização, os grandes foram engolindo os pequenos e continua e eu não sei onde vai parar isso desse tipo, até hoje ainda está assim. [...] se não modificar não tem outro jeito, vai um dia ficar só na mão do grande”.

Senhor Eduardo: “as beiras de rio que eram cheias de casa, que eram tudo sítio de cinco, dez alqueires [...] A terra valia muito, vendiam e iam para cidade. Achavam que o juro dava, não é? E o juro

não é...o juro quebrou eles tudo, não é? Agora tem muita gente na favela, não é? [...] Dos anos setenta para cá. De sessenta. Toda vida foi assim, não é?”

Senhor Darci: “[...] de setenta para cá, quando começou a mecanização, porque quem plantou soja no primeiro tempo assim, trigo, dava muito trigo, eles ganharam muito dinheiro. E daí um vizinho nosso, não podia comprar o maquinário, vendia terra para o fazendeiro e ia embora”.

O Senhor Teodoro viveu a experiência do êxodo rural em sua própria família, que acabou vendendo as terras que tinha na microbacia e mudando a princípio para a região de Roncador. Entretanto, posteriormente, terminaram também na cidade: “[...] eles plantavam assim, sem adubo, não corrigiam a terra no calcário, produziam pouco. Daí eles acharam que não dava mais para viver, não é? Daí pegaram e venderam. [Em Roncador] A terra lá também, já dependeu de tombar, não é? Trator eles não tinham. Pegaram e venderam”.

Este “progresso” tem dois lados – assim analisou o Senhor Cândido, o Senhor Darci e o Senhor Eduardo: por um lado a máquina “não está acabando com a mão de obra do ser humano?”, substituindo enxadeiros por herbicidas, expulsando famílias do campo; por outro lado houve o aumento da produção, “ficou mais fácil trabalhar”, mas “não todos que aguentam”.

“Então... sei lá. Uma política agrícola aí que não está ajudando o agricultor não!” - ao explicar a saída de muitos de seus vizinhos para a cidade, o Senhor Darci apontou um dos grandes problemas enfrentados pelos pequenos produtores com a “modernização conservadora”, e que contribuiu para a saída da família do Senhor Teodoro para a cidade. Segundo Francisco Graziano Neto (1982, p. 43), a “ideologia modernizadora” que se implantou no Brasil à porta da década de 1970, tende a menosprezar o modelo de produção que não se utiliza das “facilidades” tecnológicas produzidas pela

indústria moderna. O arado de tração animal, as sementes obtidas do paiol, animais que não se alimentam com ração produzida por indústria são sinônimos de “atraso”.

As ilusões do progresso/ desenvolvimento estão novamente presentes, fazendo-nos crer que a história dos homens tem um sentido, que as sociedades industriais do século XX estão em um patamar superior de evolução se comparadas as dos séculos anteriores.

Ao substituir as antigas formas de organização da produção na agricultura pelo modelo industrial capitalista, iluminando os campos brasileiros com as “luzes do progresso”, a modernização revelaria ainda o seu traço desagregador: aos que resistiram ao êxodo rural restou não somente o isolamento, mas também a desintegração de laços afetivos e da solidariedade que marcavam muitas das relações entre os vizinhos que viviam na bacia do rio do Campo.

Senhor Cândido descreve com entusiasmo os bailes; as surpresas que os moradores faziam uns aos outros; a troca de serviço no campo; as festas de casamento nas quais os noivos eram acompanhados por carroças ao som de foguetes que, segundo nosso entrevistado: “hoje não pode nem falar em queimar um foguete em um casamento que é o maior caipiragem”. Acrescenta ainda, os torneios de futebol suíço que envolviam pessoas de todas as regiões vizinhas à microbacia: “Tinha gente, era um povão, coisa mais linda!”.

O Senhor Teodoro recorda: “Quando um sitiante não colhia, emprestava de quem tinha para ele passar um ano! Quando ele plantava ele devolvia”. Descreve-nos também o trabalho comunitário na lavoura que, no final do dia, terminava em baile: o “puxirão”. Relembra ainda que tocava violão nos bailes junto com seu irmão, e como se desfez do instrumento: o violão trocado por uma novilha - “não existe mais nem pedaço”; a sanfona foi vendida; e o

antigo cavaquinho porém, permanece guardado - “É uma lembrança, não é?”.

“O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais” (BOSI, 1994, p. 443).

“Relações de dinheiro” que modificam antigos costumes: como católico o Senhor Teodoro afirma que “guarda” apenas os dias santos, mas quando é época de colheita isso não é mais possível: “porque o maquinário não é nosso, não é?”.

4 HOMENS E LAGARTAS

“Que tem lagarta teimosa, não é?”, como o Senhor Teodoro observou; algumas lagartas “insistem” em sobreviver ao baculovírus e até mesmo aos agrotóxicos, insistem em lutar por suas vidas, insistem em continuar existindo... “[...] nós estamos aqui meio que por teimosos também”. Talvez o Senhor Eduardo e os outros moradores que entrevistamos não tenham percebido como são parecidos com as lagartas que eliminam de suas lavouras quase todos os anos.

Esses homens-lagartas insistiram e ainda insistem em sobreviver às condições impostas pelas transformações capitalistas da agricultura. Sobreviveram aos financiamentos feitos para aquisição de maquinário agrícola e assim adaptaram-se ao “paraíso prometido” pela tecnologia; resistiram aos métodos usados por alguns fazendeiros: “[...] azucrinando a vida do cara, até o cara desacorçoar” - segundo o Senhor Cândido - que acrescenta: “No mecanizar jogava água em cima do sitiante pequeno, mecanizar o terreno dele na beira do meu pasto, às vezes acontecia de empurrar árvore em cima, terra em cima”.

Para superar as dificuldades, tiveram de buscar outras fontes de renda: frete com caminhão; venderam leite na cidade e arrendaram terra de outros proprietários, o que para o Senhor Teodoro

foi uma experiência muito dispendiosa: “Foi quantas vezes carecer vender boi, para pagar o arrendamento lá para deixar o produto nosso, para nós passarmos o ano”.

O modelo agrícola, assim como o modelo econômico global, privilegia os grandes capitais, excluindo os pequenos. São os grandes proprietários que mais têm acesso ao crédito rural, às políticas de comercialização. A tecnologia moderna, por sua vez, é sofisticada, onerosa e não adequada à pequena escala de produção (GRAZIANO NETO, 1982, p. 58).

Os obstáculos à manutenção dos pequenos produtores rurais são vários segundo os entrevistados: aumento da produção e diminuição do lucro; elevação do custo de produção com o crescimento do preço dos insumos agrícolas; os impostos cobrados pelo governo que retirou subsídios ao agricultor. Segundo Senhor Eduardo, os planos econômicos ainda agravaram a situação: “como pequeno produtor rural é difícil, sem [...] sempre foi difícil, porque não temos todo o apoio do governo, não é? [...] De todo o jeito [...] nós apanhamos, não tem, não tem onde sair”.

Importante observar que subjacentes a esta política de subsídio agrícola estão os interesses do grande capital representado pelas multinacionais que produzem o maquinário e os insumos agrícolas.

O Senhor Cândido observa ainda que não compensa “tocar” menos de vinte alqueires, pois: “o sitiante que nem nós assim, que estamos, que mantém o que tem, já pode se considerar um artista”.

5 “A GENTE ERA FELIZ SÓ NÃO SABIA” (CÂNDIDO SCHEFFER)

Tal era o dilema humano: como reconciliar as exigências físicas da civilização com os novos sentimentos e valores que essa mesma civilização tinha engendrado. [...] Doravante, uma visão cada vez mais sentimental dos animais enquanto bichos de estimação e objetos de contemplação iria acomodar-se mal com a sombria realidade de um mundo no qual a eliminação das

‘pestes’ e a criação de animais para abate ia-se tornando cada dia mais eficiente (THOMAS, 1996. p. 356).

A forma como os moradores da microbacia do rio do Campo se relacionaram com a natureza e as mudanças que ocorreram na percepção que tinham em relação aos animais, plantas e ao próprio rio, estão marcadas por três dimensões de conflito: a primeira caracteriza-se pela luta entre os homens e o meio natural que precisa ser “derrotado” para que o modelo de organização adotado pelos grupos humanos seja imposto; a segunda prende-se ao surgimento do dilema humano, como foi observado por Keith Thomas (1996), através da reorientação das sensibilidades dos moradores da microbacia; a terceira dimensão de conflito se desenha no limite que se encontra a tensão entre lembrança/esquecimento, ligando-se profundamente às outras duas, interpenetrando-as a todo instante.

No período que corresponde à chegada das famílias dos entrevistados na microbacia, e abrange o fenômeno da “modernização”, a natureza é compreendida como um obstáculo a ser eliminado, apresentando-se assim em dois níveis distintos: a natureza-objeto “útil” ou “inútil”, quando os pinheiros “atrapalhavam” a lavoura eram derrubados, ou então poderiam ser “úteis” para construção de cercas; e a natureza-mercadoria, quando os pinheiros passam a ser objetos de disputa, como no exemplo apontado pelo Senhor Cândido, entre um fazendeiro da região e a família de posseiros.

Como dizia o Senhor Teodoro: “Que era um tempo de sertão, ninguém ligava, não é?”. Desmatamento, destruição de espécies animais, contaminação do solo e do rio, são palavras que não possuíam o mesmo conteúdo semântico adquirido recentemente. Era “aquele tempo”, no qual as sensibilidades destes homens estavam orientadas para a proteção da família, dos animais domésticos e para a sobrevivência

do grupo como um todo: “Meu pai perdeu ali umas trinta cabeça de gado; morreu do irmão; morreu meu. Aí nós...desmatamos, a beira da água, porque era pasto. [...] Daí então, as cobras afugentaram-se para os matos, não é?”.

Sob os efeitos da modernização dos anos de 1970, a destruição do meio ambiente na microbacia do rio do Campo vinha ampliando-se com o envenenamento do rio, do solo, de lençóis freáticos, e com o envenenamento dos homens-lagartas, que a partir deste momento se tornam a expressão homens *versus* lagartas.

Contudo, nestes últimos vinte anos é possível verificar nas entrevistas uma reorientação das sensibilidades dos moradores, à exceção do Senhor Teodoro que mantém algumas resistências, as quais merecem uma análise mais detalhada; os demais têm uma percepção clara de que participaram do processo de degradação ambiental ocorrido na bacia.

“Mas nós matávamos tudo que tinha, então descontrolou o meio ambiente”, disse-nos o Senhor Eduardo. Ele, que utilizou venenos perigosos como o BHC, afirma não usar mais veneno para eliminar a lagarta e o percevejo e procura por novos produtos no mercado: “produto melhor mais científico”. Está sempre atento às pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA voltadas para o controle do bicudo, pois segundo ele, não existe ainda controle biológico para deter o aumento da população do “tamanduá-da-soja” (*Sternechus subsignatus*). Seguindo orientação das pesquisas, o Senhor Eduardo faz a rotação de cultura com plantas que não são hospedeiras do bicudo como o milho, o sorgo e o girassol (HOFFMANN-CAMPO, et al., 2000, p. 58).

O exemplo do Senhor Eduardo é um reflexo do dilema humano: como sobreviver na condição de pequeno proprietário, cultivando áreas menores com poucos recursos e sobreviver à concorrência com os grandes fazendeiros?

Além da concorrência, o receio de perder muito em uma única colheita, faz com que muitos pequenos produtores cedam à pressão dos vendedores de agrotóxicos e ao que podemos chamar de “cultura do imediatismo”, ou seja, escolhem produtos mais fortes para eliminar de forma mais rápida os “insetos-pragas”, como é o caso do Senhor Teodoro que afirmou ter usado o Tamaron, agrotóxico pertencente à classe dos fosforados, os quais, apesar de se degradarem muito rápido, são altamente “tóxicos para o homem” (GRAZIANO NETO, 1982, p. 117).

Como o Senhor Teodoro e o Senhor Eduardo mostraram em suas entrevistas, quando ocorre um “acidente” na lavoura é muito mais fácil para um grande produtor sobreviver. Nesse sentido que o Senhor Eduardo observa: “[...] mais se usar veneno brabo estraga tudo, tem que evitar, mais tem que ter coragem, não é? Se for medroso... eles tacam veneno”.

O Senhor Eduardo, em 1994, participou da montagem do laboratório da Associação dos Moradores da microbacia do rio do Campo destinado à reprodução da vespinha. Segundo ele, quando seu filho Elson era presidente da Associação, junto com um agrônomo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, foram até Londrina e voltaram com a ideia de montar o laboratório: “A própria comunidade que fez o começo. Por exemplo essas gaiola, a prefeitura ajudou um pouco, o pessoal ajudou, aí foi indo, depois pegou uma verba maior, do Governo Federal, daí acabou de equipar”.

A vespinha (*Trissolcus basalis*), utilizada para o controle biológico dos percevejos, é um “parasitoide” de ovos, com cerca de 1 milímetro de comprimento; ela põe seus ovos no interior dos ovos dos percevejos, matando os seus embriões (CORRÊA-FERREIRA; PANIZZI, 1999). Além do controle biológico com a vespinha, os moradores que entrevistamos adotam o baculovírus para eliminar a lagarta da soja (*Anticarsia gemmatilis*). O

baculovírus pode ser obtido de duas formas: em pó, suspenso em água para ser pulverizado na lavoura na proporção de 20 gramas por hectare, ou então, coletando-se as lagartas mortas contaminadas e triturando-as no liquidificador com água, obtém-se, após a filtração em gaze, o sumo, com o qual se pulveriza a lavoura na mesma proporção adotada com o baculovírus em pó (HOFFMANN-CAMPO, et al., 2000, p. 51).

“[...] hoje mesmo nós analisamos, quantas vezes nós passamos veneno em lavoura que não precisava. Os bichos estavam já, por conta própria, a natureza já, eles se acabando, e mais veneno e veneno forte”, contou-nos o Senhor Cândido, para o qual atualmente, as exigências na microbacia do rio do Campo são maiores, deve-se evitar criação na beira do rio, os venenos não podem ser passados de qualquer jeito e devem ser escolhidos com mais critério. Segundo ele, que usa o “veneno biológico”: o baculovírus, a vespinha está ajudando no controle de “pragas”.

O Senhor Darci, que “matava o bicho que achasse pela frente”, acredita que os venenos fortes trouxeram as pragas: “Que às vezes tem praga que come a outra então há um equilíbrio, não é?”. Sendo um observador atento, percebeu que o controle biológico com a vespinha funcionou com o percevejo verde, mas não com o marrom, o que é confirmado pela pesquisa: “Algumas espécies mostram preferência, como é o caso do *Telenomus podisi* em relação a ovos de *Euschistus heros* (percevejo marrom) e de *Trissolcus basalis* em relação a ovos de *Nesara viridula* (percevejo verde)” (CORRÊA-FERREIRA; PANIZZI, 1999, p. 27).

O Senhor Teodoro ainda é aquela criança que nunca brincou, que ganhou o mundo quando recebeu a pequena foicinha de presente do pai e que hoje tem saudade de “garrar o mato”, as terras largadas para fazer lavoura onde não tem “pragas”. Como os demais entrevistados, não percebeu que o aumento dos insetos que

atacam sua lavoura ocorreu pelo desmatamento da vegetação nativa da região: “Quando começou a plantar algodão já começou a lagarta.”

A situação do sítio Paulista em 2001, quando nossa pesquisa foi realizada, refletia a resistência de seu proprietário que mantinha uma relação com a natureza profundamente contraditória: ao mesmo tempo em que procurava evitar que o veneno atingisse o córrego, desconhecia a importância da mata ciliar para a proteção do rio; comentou sobre as pessoas que não cuidam das embalagens de agrotóxicos, mas afirmava logo em seguida: “eu toda vida eu queimo, quando eu não queimo, eu enterro”.

O Senhor Teodoro de certa forma está ligado à “aquele tempo” do qual sente saudades; com sua sensibilidade voltada para a sobrevivência da família não reflorestou o córrego, que na verdade é um dos mananciais que formam o rio do Campo, e permite que seus animais andem livremente sobre o pequeno trecho do rio, cuja água abastece também a sua casa.

Ao identificar em três de nossos entrevistados, uma mudança de sensibilidade, preferimos utilizar a expressão “reorientação”, porque entendemos pelo convívio com este pequeno grupo de moradores, que todos, mesmo o Senhor Teodoro, são homens sensíveis.

Como o psicanalista Erich Fromm (1987, p. 27) observou, o capitalismo do século XX criou uma “sociedade de pessoas notoriamente infelizes: solitários, ansiosos, deprimidos, destrutivos, dependentes – pessoas que ficam alegres quando matamos o tempo que tão duramente tentamos poupar”. Em uma sociedade que transforma homem e natureza em objetos, mutila a sensibilidade humana ao subordiná-la à lógica da racionalidade tecno-burocrata que reina absoluta nas instituições capitalistas; a sensibilidade que percebemos em nossos entrevistados ao resistir a esta lógica, torna-se mais uma das resistências dos

homens-lagartas, que duramente têm lutado para não serem extintos.

Quando chegamos à terceira dimensão de conflito, aquela que se liga à memória e ao esquecimento da natureza, voltamo-nos à poesia de Fernando Pessoa: para não nos esquecermos da natureza, talvez não seja necessário apenas lembrar do som do uru, das imensas e majestosas araucárias que se erguiam pelo vale do rio do Campo, do rio de águas límpidas, mas também não nos esquecermos de quem somos.

6 NATUREZA E ESQUECIMENTO

“HOJE EU NEM LEMBRO DIREITO A FALA DO URU” (CÂNDIDO SCHEFFER)

Afinal, o que é o homem dentro da natureza? Nada em relação ao infinito; tudo em relação ao nada; um ponto intermediário entre tudo e nada. Infinitamente incapaz de compreender os extremos, tanto o fim das coisas como o seu princípio permanecem ocultos num segredo impenetrável, e é-lhe igualmente impossível ver o nada de onde saiu e o infinito que o envolve (PASCAL, 1988, p. 52).

A memória tem sido tratada pelos historiadores, sociólogos, antropólogos e filósofos como um subsídio importante e necessário à reconstituição do passado.

Contudo, se por memória entendemos a recuperação e a reconstrução do passado, como ocorre então o fenômeno do esquecimento? E, por outro lado, como havíamos abordado anteriormente, como a tensão entre lembrança/esquecimento esteve presente no processo de transformação das relações dos moradores da microbacia do rio do Campo com a natureza?

Para o filósofo Henri Bergson o passado se conservaria inteiro na memória. Analisando o pensador francês, Vergez e Huisman (1988, p. 362) ponderam: “não esquecemos absolutamente nada, já que o espírito é pura memória”; o cérebro, como não pode explicar a lembrança, distingue duas formas de esquecimento: o

esquecimento "normal", quando recordamos apenas o que é "útil" e "necessário" para mantermos nossas relações com o meio; e o esquecimento patológico, provocado por lesões cerebrais.

Em um dos tópicos do seu livro *A Memória Coletiva*: "o esquecimento pelo desaparecimento de um grupo", Maurice Halbwachs (1990, p. 32) aponta para a relação do indivíduo com o grupo como ponto de partida para se compreender o esquecimento: "Esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam". Quando não é possível que um determinado grupo consiga reconstruir em conjunto, um mesmo acontecimento, ocorre o desaparecimento da memória coletiva.

Contrariando a teoria Bergsoniana, para David Lowenthal (1998, p. 96): "Esquecemos a maioria de nossas experiências", ou seja, a maior parte do que vivemos desaparece de nossa memória. "O medo de uma perda da memória, de uma amnésia coletiva", segundo Jacques Le Goff (1992, p. 472), povoa o imaginário popular e se expressa na "exaltação da memória coletiva" através dos ritos, festas e em outras formas de manifestações populares.

No entanto, quando se trata de uma "amnésia coletiva", chama-nos a atenção os fatores que definem o que deverá ser retido pela memória coletiva. Sob este aspecto, Peter Burke (1992, p. 248) nos recorda sobre os mecanismos de censura oficial que conduzem à "amnístia", "o apagamento oficial das recordações de conflito no interesse da coesão social".

Uma das estratégias comuns para levar um acontecimento a ser esquecido é a destruição de documentos. No Brasil, o exemplo famoso é o de Rui Barbosa que acreditou ser possível eliminar a escravidão da memória coletiva, através da destruição de documentos oficiais sobre o período em que esta instituição existiu no país.

Em uma entrevista publicada pela revista *Ciência Hoje*, o sociólogo José de

Sousa Martins apontou diversas formas de escravidão existentes nas sociedades contemporâneas, demonstrando que o capitalismo moderno soube regenerar formas arcaicas de escravismo. Sentimo-nos atraídos pela observação de Sousa Martins sobre a escravidão de crianças nos países pobres do chamado "Terceiro Mundo", de camponeses expulsos de suas terras, os quais praticamente são convertidos em escravos de grandes proprietários como na Amazônia brasileira. Estima-se que hoje existam 200 milhões de escravos "humanos" no mundo (MARTINS, 2001).

A exemplo desta forma de barbárie coletiva cometida entre seres humanos, perguntamo-nos sobre estas mesmas atitudes em relação às outras espécies do planeta. Dificilmente imaginamos um jardim zoológico como uma fazenda colonial, onde veterinários e atendentes ocupariam o papel de feitores e jagunços, sempre prontos a tomar algumas atitudes para a "preservação" das espécies cativas. A diferença principal entre os dois elementos da comparação (homens/escravos e animais/escravos), talvez resida no fato de que a escravidão, amplamente condenada pelas sociedades modernas, apesar das persistências, já se institucionalizou no que diz respeito às relações dos homens com os animais.

As reservas e parques naturais parecem também se assemelhar a um imenso "zoológico de plantas", neles muitas vezes as árvores não são cercadas, mas recebem placas que identificam o seu nome científico. Uma demonstração clara que, ao contrário das gerações mais antigas, nossas comunidades recentes muito pouco recordam do nome "comum" que estas plantas possuem e raramente conseguem identificá-las como seus pais e avós o faziam.

A exemplo ainda dos parques e reservas, Antônio Carlos Diegues (2001) associa a origem de áreas protegidas nos Estados Unidos no século XIX, cujo modelo foi mais tarde exportado

principalmente para países pobres, à mudança de representação dos homens em relação ao "mundo selvagem". A revalorização deste "mundo selvagem" seria o resultado de vários fatores tais como: o avanço da história natural; a vida sufocante nas cidades invadidas pelas indústrias e a busca de um refúgio "natural"; e ainda o papel dos escritores românticos do século XIX.

Porém, segundo o autor, na base deste modelo de conservacionismo, encontra-se "a visão do homem como necessariamente destruidor da natureza" (DIEGUES, 2001, p. 30). Assim, ressurgem mitos ou neo-mitos nos quais:

A noção de mito naturalista, da *natureza intocada*, do *mundo selvagem* diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas pelo homem, apresentando componentes num estado 'puro' até anterior ao aparecimento do homem. O homem nestas condições – deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma 'proteção total' (DIEGUES, 2001, p. 53).

A crítica contundente que o autor elabora está ligada ao fato de que o modelo destas áreas preservadas implica na expulsão muitas vezes de milhares de comunidades "tradicionais" que, a exemplo dos índios norte-americanos em Yellowstone quando da criação do parque em 1872, são retiradas de suas terras de origem. Tal fenômeno provoca, sem dúvida, a destruição de suas referências de memória que, conseqüentemente, corrói aspectos de sua identidade coletiva, quando não a destrói completamente.

Partindo destas considerações, nos perguntamos: quando retiramos um animal de seu meio original, não destruímos também a sua memória? Parece-nos difícil perceber que animais e plantas possam ter profundas ligações com o meio que os cerca, e ainda estabelecem com este uma identidade que lhes é própria e, portanto, retirá-los deste meio é romper um elo que os liga as suas origens. Seria assim tão impossível afirmar que um ser não-humano

também sente saudade de sua casa, sobretudo os animais que ainda não foram totalmente domesticados?

"Se a aceleração proporcionada pelo presente" produz a ameaça do esquecimento e com ele uma "obsessão pela memória" (PINTO, 1998, p. 209), há de se recordar a observação de Le Goff (1992, p. 476): "memória coletiva não é somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder."

Como objeto de poder, fossilizada em datas comemorativas (como 5 de junho), esta forma de memória-instrumento constrói no imaginário coletivo o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Na esteira da discussão iniciada por Peter Burke (1992) (amnistia) e Le Goff (1992) podemos perceber que, como a memória, o esquecimento pode igualmente ser utilizado como instrumento de poder: no decorrer do período colonial as potências econômicas da Europa destruíram as culturas não-europeias, "reeducando-as" através do esquecimento de sua própria cultura. Este foi o papel dos jesuítas junto aos índios da América, e dos pastores que se perderam nas savanas africanas.

Com relação ao esquecimento da natureza, podemos encontrar no estudo de Keith Thomas (1996) uma pista que nos leva à compreensão deste fenômeno.

No decorrer da transição do feudalismo para o capitalismo, período que corresponde a Idade Moderna, houve uma mudança nas percepções individuais e coletivas em relação aos animais. Thomas valeu-se de uma série de fontes documentais para escrever o seu livro, que foram desde cartas, diários, textos científicos, até mesmo biografias, o que lhe permitiu discutir o imaginário de homens e mulheres sobre a natureza. Seu estudo se constitui, antes de tudo, em um estudo das relações entre os homens e o mundo natural, sobretudo dos homens ingleses.

Em sua análise apontou que o domínio do homem sobre a natureza se constitui por um lado, sob as bases de uma ideologia religiosa, a qual lhe fornecia

princípios morais: na interpretação bíblica da época, realizada por alguns religiosos ou comentadores como Jeremy Bentley, Deus havia criado os animais e as plantas para que fossem submetidos ao homem; por outro lado, por teorias científicas profundamente utilitaristas, a exemplo de Francis Bacon e René Descartes, para o qual os animais não passavam de autômatos (THOMAS, 1996, p. 21-48).

Nesse contexto, antes do aparecimento das modernas técnicas de classificação de animais e plantas, ambos eram "rotulados" de acordo com a sua utilidade para o homem, os animais, por exemplo, eram classificados como ferozes/não-ferozes, úteis/inúteis (THOMAS, 1996, p. 64).

Uma outra contribuição importante de Keith Thomas foi demonstrar que a forma como os homens tratavam os animais e as plantas estava associada à forma como o homem percebia a si mesmo e o seu grupo:

[...] impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas (THOMAS, 1996, p. 19).

Dentro desta tensão entre lembrança/esquecimento, que se opera no interior das comunidades humanas no decorrer da história, e no conjunto das relações que os homens estabelecem com a natureza (como reflexo de um quadro mais amplo que implica também a representação que fazem de si mesmos como demonstrou Thomas), é que podemos encontrar o fenômeno do esquecimento da natureza.

“O processo civilizatório caracteriza-se por um processo permanente de fuga, distanciamento e esquecimento da natureza” (GRÜN, 1996, p. 109); no século XIX, Marx (1989, p. 494) observara que o movimento luddita não se explicava apenas pela luta dos trabalhadores contra a máquina que ao substituí-los, retirava-lhes a possibilidade de sobrevivência, mas contra a máquina que destruía neles o

sentido de criação. No processo de produção de uma mercadoria, o trabalhador distanciava-se do produto que fabricava; com o pouco contato que tinha com a matéria prima, e com a divisão do trabalho, não se sentia mais um produtor.

Como uma mercadoria que produz outra, o homem esvaziou-se de sentido, tornando-se mais angustiado, inseguro e solitário. Com a Revolução Industrial aumentava a cisão entre o homem e a natureza: trabalho alienado igual natureza alienada, estranha, esquecida: “a gente colhe, vinte, trinta alqueires, não põe a mão numa semente de soja”. O distanciamento da natureza, como observamos no relato do Senhor Cândido, com a solidão e isolamento que o acompanham, tem ainda raízes mais profundas na cultura ocidental.

Desde a dicotomia cartesiana, no século XVII, entre a experiência subjetiva e o mundo objetivo, o homem ocidental procurou, progressivamente, ver a natureza sendo totalmente separada dele, e pensou que poderia melhor estudá-la e ‘conquistá-la’, fazendo-a inteiramente objetiva e impessoal (MAY, 2000, p. 112).

O racionalismo cartesiano, ao transformar a natureza em um objeto, ao “coisificá-la”, promove um abismo entre o homem e o meio em que ele vive, e, ao mesmo tempo, torna-a também descartável e sujeita às atitudes humanas destrutivas que passam a ser plenamente justificadas.

“[...] a perda de contato com a natureza acompanha a perda do senso de si mesmo” - seguindo o raciocínio de Rollo May (2000, p. 62) poderíamos inferir que o esquecimento da natureza é também uma forma dos homens esquecerem-se de si mesmos, perderem o contato com o seu próprio “Self” (EDINGER, 1995, p. 11).

É nesse sentido que afirmamos anteriormente, que a tensão entre lembrança/esquecimento da natureza, marcava todos os momentos da história de vida de nossos entrevistados: na luta que travaram com a natureza ao chegarem na microbacia, e mesmo com o surgimento de

uma nova sensibilidade com relação ao meio natural, o esquecimento da natureza como o esquecimento-de-si estava presente.

O esquecimento da natureza prende-se ainda aos conflitos que caracterizam o “*sapiens-demens*”:

Trata-se de um ser de uma afetividade imensa e instável, sorri, ri, chora, um ser ansioso e angustiado, um ser gozador, embriagado, estático, violento, furioso, amante, um ser invadido pelo imaginário, um ser que conhece a morte e não pode acreditar nela, um ser que segrega o mito e a magia, um ser possuído pelos espíritos e pelos deuses, um ser que se alimenta de ilusões e de quimeras, um ser subjetivo cujas relações com o mundo objetivo são sempre incertas, um ser submetido ao erro, ao devaneio, um ser híbrido que produz a desordem (MORIN, 1979, p. 116).

Como *sapiens-demens* nossos entrevistados viveram e ainda vivem o conflito entre preservar/destruir: o Senhor Cândido, que teria ficado rico se ganhasse um cruzeiro por cada cobra que matou, pergunta-se se uma pessoa que visse um macaco com filhote teria coragem de atirar, e admirava-se com os macaquinhos que se alimentavam com os pinhões das araucárias; o Senhor Darci, que matava tudo que encontrava pela frente, chegou a interromper uma das nossas entrevistas para mostrar um grupo de “tucaninhos” que haviam pousado em um pé de ameixa em frente a sua casa, sorrindo contou-nos a sua intenção em plantar árvores frutíferas em um trecho do rio para que, segundo ele, os pássaros possam “se refestelar”; o Senhor Eduardo, que como os outros se utilizou de venenos perigosos para o meio ambiente, à época em que a nossa pesquisa se desenvolvia, se dedicava ao cultivo de tomates orgânicos, procurando alternativas além do controle biológico para evitar o uso de inseticidas, e, segundo nos contou, não retirava os pinheiros que nasciam sozinhos em seu pasto, pois: “[...] passarinho que trouxe, tem uns pares deles aqui, passarinho que traz, cai no pasto e

nasce, e a gente tem dó de tirar, não é? Fica aí no meio da roça”.

Este conflito está ainda presente na difícil decisão entre usar os agrotóxicos ou o controle biológico; entre replantar a beira do rio, diminuindo com isso a propriedade e a área para pastagem, ou manter o córrego sem a mata ciliar, como é o caso do Senhor Teodoro. Decisões que, se pensarmos sob o ponto de vista do existencialismo sartreano, envolvem todos os outros moradores, pois, os homens para Sartre (1985, p. 12-13) descobrem-se totalmente livres e, portanto, são inteiramente responsáveis pelas escolhas que fazem, assim ao escolherem a si mesmos, os homens escolhem toda a humanidade.

Desta forma, quando escolhemos destruir ou preservar, tomamos uma decisão que envolve todos os homens, mas também todos os demais seres vivos do planeta, que não são consultados a respeito de nossas decisões. A suposta liberdade que estendemos para a natureza é uma forma de escravidão existencial, a natureza está também escravizada pela racionalidade humana.

Por outro lado, concordamos com Peter Burke (1992, p. 251): a tarefa do historiador deve ser “recordar às pessoas o que elas gostariam de esquecer”, mas esta também deve ser a tarefa do ecólogo, do geógrafo, do filósofo, do biólogo e de todos aqueles que têm a natureza como centro de suas preocupações teóricas, pois se os homens têm o direito à memória, que este direito seja também estendido à natureza. Afinal, não é apenas o som do uru que ficou esquecido, o desmatamento também provocou o silêncio de diversas espécies de animais e plantas que existiam na microbacia do rio do Campo, algumas voltaram, outras porém, vivem apenas na memória dos moradores; mas ainda há o silêncio daquelas que desapareceram: silêncio que nunca foi ouvido...o silêncio das araucárias.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. A história como memória social. In: **O mundo como teatro:** estudos de antropologia histórica. Lisboa: Difel, 1992. p. 235-251.

CORRÊA-FERREIRA, B. S.; PANIZZI, A. R. **Perceijos da soja e seu manejo.** Londrina: EMPRAPA-CNPSO, 1999.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DELÉAGE, Jean Paul. **História da ecologia:** uma ciência do homem e da natureza. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 2001.

EDINGER, Edward. F. **O encontro com o self:** um comentário junguiano sobre as ilustrações do livro de J. W. de William Blake. São Paulo: Cultrix, 1995.

FROMM, Erich. **Ter ou ser?** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia:** crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental:** a conexão necessária. São Paulo: Papyrus, 1996.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** Campinas: Papyrus, 1990.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HEISENBERG, Werner. **A parte e o todo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

HOFFMANN-CAMPO, Clara Beatriz, et al. **Pragas da soja no Brasil e seu manejo integrado.** Londrina: Emprapa Soja, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** São Paulo: Ed. Unicamp, 1992.

_____. **Uma vida para a história:** conversações com Marc Heurgon. São Paulo: Unesp, 1998.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Trabalhos da Memória:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 17, p. 63-201, Nov. 1998.

MARTINS, José de Sousa. A escravidão contemporânea. Entrevista concedida a Mário Rolim Candido. **Cienc Hoje**, Rio de Janeiro, n. 168, p. 6-11, jan./fev. 2001.

MARX, Karl. A maquinaria e a indústria moderna. In: **O capital.** Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989. v. 1, p. 423-579.

MAY, Rollo. **O homem à procura de si mesmo.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **A psicologia e o dilema humano.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória:** cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 1994.

MORIN, Edgar. **O enigma do homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MORO, Dalton Áureo. Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 1, p. 1-55, 1998.

PASCAL, Blaise. **Pensamentos**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PESSOA, Fernando. **O eu profundo e os outros eus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Trabalhos da Memória**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 17, p. 203-211, nov. 1998.

SAGAN, Carl. **Bilhões e bilhões**: reflexões sobre vida e morte na virada do milênio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. p. 39-62.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia & agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VERGEZ, André; HUISMAN, Denis. **História dos filósofos ilustrada pelos textos**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988.

Data de recebimento: 10.06.2010.

Data de aceite: 27.10.2010.